

LEI Nº 6688, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2015.



**ALTERA A REDAÇÃO DA  
LEI Nº 5193, DE 17 DE  
OUTUBRO DE 2008, QUE  
DISPÕE SOBRE A  
CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL  
DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Prefeito Municipal de Itajaí. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei nº 5.193, de 17 de outubro de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é um órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com a finalidade de elaborar e implementar políticas públicas sob a ótica de gênero, para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania."

"Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem as seguintes competências:

I - desenvolver ação integrada e articulada com o conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero;

II - prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres, acompanhado a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito estadual e federal, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher;

III - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vivem mulheres na cidade e no campo, propondo políticas públicas para eliminar todas as formas identificáveis de discriminação;

IV - estimular e desenvolver pesquisas e estudos sobre a produção das mulheres, construindo acervos e propondo políticas de inserção da mulher na cultura;

V - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionada aos direitos assegurados da mulher;

VI - sugerir a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;

VII - promover intercâmbios e sugerir o estabelecimento de convênios ou outras formas de parceria com organismos nacionais e internacionais, públicos ou particulares, com o objetivo de incrementar o Programa do Conselho;

VIII - manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de mulheres em suas várias expressões, apoiando as suas atividades sem interferir em seu conteúdo e orientação própria;

IX - receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

X - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e eventuais reformulações."

"Art. 3º A estruturação e o funcionamento do Conselho serão fixados em Regimento Interno, aprovado pela maioria absoluta dos Conselheiros, o qual deverá observar as disposições legais pertinentes."

"Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será integrado por 14 (quatorze) representantes titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, com mandato de 2 (dois) anos, contados da publicação do Decreto de nomeação, admitida uma recondução sucessiva, sendo:

I - 7 (sete) representantes de órgãos públicos, sendo um de cada um dos seguintes:

- a) Secretaria de Desenvolvimento Social;
- b) Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Delegacia de Polícia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, sediada em Itajaí;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Educação;
- e) Fundação Cultural de Itajaí;
- f) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda;
- g) Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Temáticas.

II - 7(sete) representantes de entidades não governamentais.

§ 1º As entidades não governamentais, serão escolhidas bienalmente, em fórum próprio, convocado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, obedecendo aos princípios de escolha constantes do Edital de Convocação. Após escolhidas, estas indicarão seus representantes.

§ 2º Os suplentes indicados de cada entidade, substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos.

§ 3º As funções de Membro do Conselho não serão remuneradas, mas consideradas de

serviço público relevante."

"Art. 5º A diretoria do Conselho será eleita na primeira reunião do Conselho após cada renovação bienal, sendo composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretária."

"Art. 6º Eventuais servidores para atender a parte administrativa do Conselho, será cedida pelo Município e composta, preferencialmente, por servidoras do sexo feminino, podendo ser oferecido curso de treinamento e capacitação específico."

"Art. 7º O Poder Executivo consignará, anualmente, no Orçamento Municipal, dotações específicas necessárias para atender as despesas de funcionamento do Conselho."

"Art. 8º O conselho apresentará, semestralmente, ao Prefeito e à Câmara de Vereadores, um relatório de suas atividades, incluindo a aplicação de recursos."

"Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 05 de novembro de 2015.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

DOMINGOS MACARIO RAYMUNDO JÚNIOR  
Procurador-Geral do Município